

De Camponeses a Cidadãos: transformações entre os Meto de Oecussi, Timor-Leste (1950-2017)

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes¹

Kelly Silva^{1,2,3}

¹Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

²Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

³Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle (Saale), Germany

Resumo

Este artigo analisa transformações na história material e ideológica das populações Meto de Oecussi, Timor-Leste, entre 1950 e 2017. Reconstroi as condições de reprodução social dessas populações – produção agrícola, parentesco, trocas e relações com o Estado – e examina sua participação na elaboração de ideias e valores associados aos Meto como camponeses e cidadãos. A análise mobiliza as noções marxianas de “modos de produção” e “articulação de modos de produção” e baseia-se em 12 meses de trabalho de campo em Usitasae e em pesquisa bibliográfica. Argumenta-se que novas infraestruturas econômicas e burocráticas integraram progressivamente os Meto a circuitos mais amplos, vinculados ao Estado nacional e à cidadania. Sua reprodução social contemporânea, contudo, permanece dependente de lógicas camponesas fundadas no pertencimento à terra, nas obrigações de dádiva entre grupos de origem e no trabalho doméstico.

Palavras-chave: Articulação dos modos de produção; Meto; Oecussi; História material; Timor-Leste.

Peasants and Citizens: Transformations among the Meto of Oecussi, Timor-Leste (1950-2014)

Abstract

This article examines transformations in the material and ideological history of the Meto of Oecussi, Timor-Leste, between 1950 and 2017. It reconstructs the conditions of their social reproduction – agricultural production, kinship, exchange, and relations with the state – and examines how these have shaped ideas and values associated with the Meto as peasants and citizens. Drawing on the Marxian concepts of ‘modes of production’ and the ‘articulation of modes of production’, the analysis combines 12 months of fieldwork in Usitasae with bibliographic research. It argues that new economic and bureaucratic infrastructures progressively integrated the Meto into wider circuits linked to the nation-state and citizenship. Contemporary social reproduction, however, remains dependent on peasant logics grounded in attachment to land, obligations of exchange among groups of origin, and household labour.

Keywords: Articulation of modes of production; Meto; Oecussi; Material history; Timor-Leste.

Recebido em: 24/03/2026

Aprovado em: 09/09/2026

Publicado em: 09/10/2026



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

Este artigo discute transformações nas dinâmicas de reprodução social e ideológica de populações do coletivo etnolinguístico Meto, em Oecussi, Timor-Leste, entre 1950 e 2017¹. As análises propostas foram impulsionadas por trabalho de campo realizado no *suko* Usitasae, posto de Oesilo, entre outubro de 2016 e novembro de 2017². Nesse período, observou-se a coexistência ora cooperativa, ora concorrencial (Silva, 2021), entre instituições de reprodução social comuns a vários ambientes camponeses de Timor-Leste – as práticas de agricultura, as obrigações de parentesco, a vinculação aos grupos de descendência e seus territórios – e ansiedades de participação na sociedade de mercado e incorporação mais profunda de suas vidas em dinâmicas próprias do Estado nacional, como a inserção nos quadros burocráticos e na busca pela escolarização.

Sob orientação de certa literatura de inspiração materialista, discutem-se as configurações das dinâmicas reprodutivas dessas populações ao longo do tempo a fim de compreender como, contemporaneamente, elas oferecem as bases para noções de tempo, lugar e espaço que tornam reais aspirações de pertencimento ao Estado nacional e à economia de mercado. Trata-se de um esforço de explorar como certas forças materiais (produção agrícola, estradas, redes eletrônicas de comunicação, entre outros) e certas relações de produção (grupos de parentesco e trabalho assalariado) têm levado as populações a se imaginarem de diferentes formas, tanto como membros de grupos de origem (casas)³, vinculados a um território e

¹ Os atuais habitantes de Oecussi são, em sua maioria, populações falantes de meto, pelo que passaram a ser denominadas na literatura por populações Meto ou Atoni. Meto é uma língua de base austronésia, intitulada por eles mesmos como meto ou uab meto (em português, baikeno; em língua indonésio, *darwan*). A metade oeste da ilha de Timor é largamente ocupada por populações de língua meto que foram objetos de colonização holandesa e portuguesa (Rose, 2020, p. 202). Alguns dos antropólogos citados neste artigo estudaram populações Meto sob domínio holandês, uma vez que a colonização da ilha de Timor foi partilhada entre Portugal e Holanda. Oecussi faz parte do que se convencionou denominar região etnográfica da Indonésia Oriental. Isso decorre do preceito de que populações de língua austronésia compartilhariam as mesmas instituições de organização social, a saber: pertencimento a casas ou grupos de origem; relações assimétricas entre casas estruturadas por trocas matrimoniais assimétricas, dualismo classificatório, ancestralidade e origem como valores centrais, entre outros. Tal fato é o que sustenta a possibilidade de utilizarmos as fontes aqui citadas para dar sentido aos Meto de Oecussi, enclave inserido na parte Oeste da ilha de Timor, administrado pelo Estado português até 1975.

² O trabalho foi realizado por Alexandre J. de M. Fernandes, sob orientação de Kelly Silva.

³ Ao longo deste artigo, os termos “Casas” e “grupos de origem” são sinônimos. As Casas são caracterizadas como grupos de descendência que constituem uma comunidade moral-religiosa centrada no culto dos ancestrais, sendo, ao mesmo tempo, a unidade básica da exogamia. As sociedades de casas também são definidas, entre outras coisas, pelo fato de se reproduzirem através da articulação de estratégias contextuais, por vezes de natureza antagônica: descendência patrilinear e matrilinear, hipergamia e hipogamia, residência virilocal e uxirilocal, casamentos próximos e distantes, etc. (Lévi-Strauss, 1982; Carsten; Hugh-Jones, 1995). Essas estratégias levam em consideração questões políticas, econômicas e religiosas. A maior plasticidade da Casa em responder às contingências da reprodução social é o que a diferencia do clã na teoria antropológica. Na tipologia formulada por Errington (1990), a região cultural da Indonésia Oriental também é chamada de “Arquipélago de Troca”, em oposição à Indonésia Ocidental ou ao “Arquipélago Centrista”. Essa tipologia sugere que as sociedades da Indonésia Oriental são estruturadas predominantemente por alianças assimétricas, dualismo e parentesco agnático. Em contraste, as sociedades do arquipélago ocidental estão associadas a modelos de organização social baseados em parentesco cognático, casamento endogâmico e alianças simétricas.

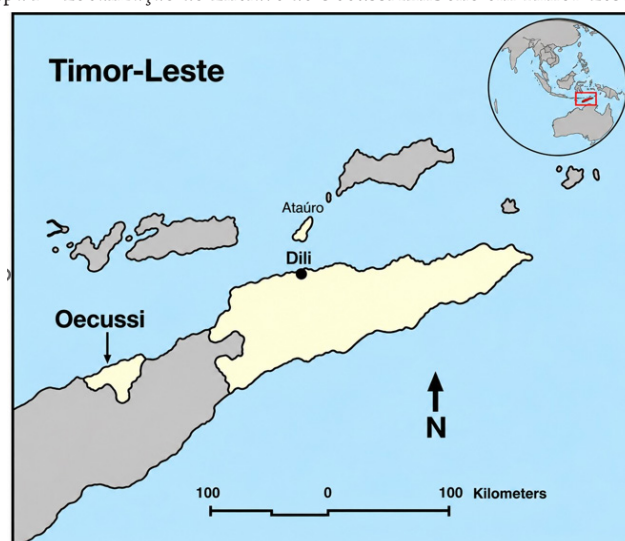
orientados por uma série de obrigações de dádiva, quanto como cidadãos leste-timorenses. Em outros termos, exploram-se as afinidades entre certos aspectos da cultura material com certos modos de pensar, agir e se identificar (Goody, 2012; McLuhan, 1974).

Parte da análise tem como foco as configurações e transformações dos modos de produção, tal como proposto por Karl Marx (1983, 2005). Por modo de produção, entendem-se as forças produtivas (ecossistemas, tecnologias, infraestrutura, ferramentas, máquinas, técnicas, trabalho humano, terra e recursos naturais) e as relações de produção (formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e as distribuem no processo de produção e reprodução da vida material) que permitem uma sociedade repor e ter acesso a recursos necessários para sua reprodução (Meillassoux, 1972). Segue-se a orientação de cientistas sociais com inspiração marxista (Gellner, 1983; Meillassoux, 1979, 1983; Wolf, 1976; Wolpe, 2023), que destacam a importância da análise das dinâmicas produtivas, especialmente a transformação do ambiente para dispor recursos materiais para os sujeitos, para compreender diferentes formas de consciência, ou, em outros termos, configurações ideológicas.

A noção de ideologia empregada neste artigo é distinta da definição frequentemente atribuída a Karl Marx. Se ideologia no paradigma marxiano passou a ser entendida primordialmente como uma representação ilusória que os grupos possuem sobre si e sobre o mundo, consideramos que não cabe ao antropólogo – em prol de uma abordagem compreensiva – afirmar ou não a existência de aspectos verdadeiros ou falsos nas ideias dominantes de um coletivo, mas discutir o que torna as ideologias “verdadeiras” e “dominantes” para a maioria dos membros de uma coletividade – sejam eles pertencentes aos grupos dominantes ou aos dominados (Godelier, 1981). Nesse sentido, o propósito deste artigo é demonstrar o que torna certas ideias e valores persuasivos e reais para os próprios sujeitos.

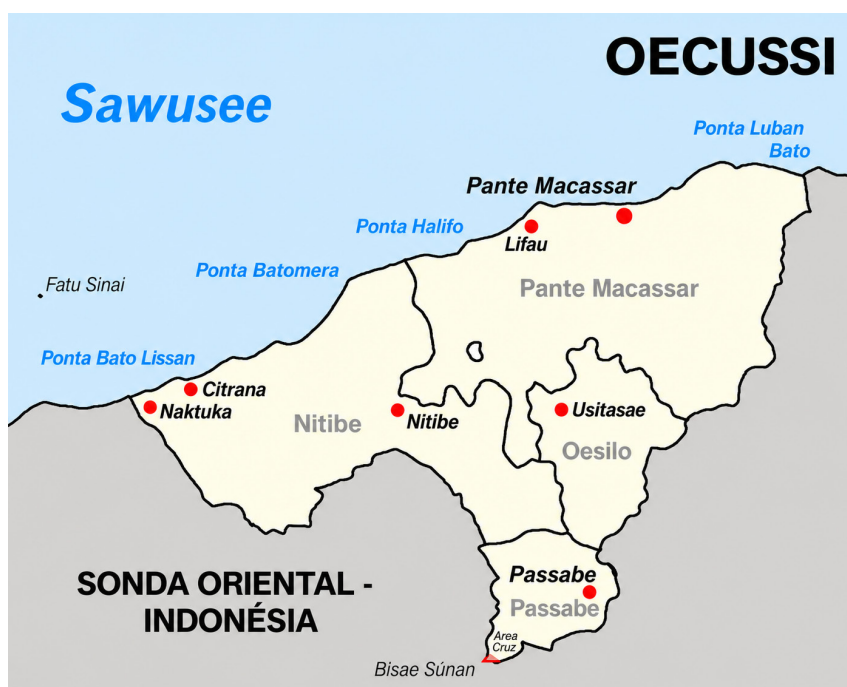
Este artigo argumenta que condições materiais de produção e reprodução das populações Meto, e suas transformações ao longo do tempo, sustentam suas formas ideológicas e a coexistência tensa entre elas contemporaneamente. Tais fenômenos, pontua-se, se dão por múltiplas mediações e tensões.

Mapa 1 – Localização do Enclave de Oecussi Ambeno em Timor-Leste



Fonte: Elaborado pelos autores com apoio do ChatGPT (OpenAI) para edição gráfica (2026)

Mapa 2 – Divisão administrativa de Oecussi e localização de Usitasae



Fonte: Elaborado pelos autores com apoio do ChatGPT (OpenAI) para edição gráfica (2026)

A restauração da independência de Timor-Leste, em 2002, desencadeou intensa produção acadêmica sobre processos de modernização e reconstrução do país (Fidalgo-Castro, 2022; Hicks, 2013; Nixon, 2012; Babo-Soares, 2004; Hohe, 2003; Simião, 2015; Meitzner, 2005; Thu, 2012; McWilliam, 2008; Fitzpatrick; McWilliam; Barnes, 2012; Gárate Castro; Assis, 2010; Silva, 2014). Parte dessa literatura tem focado transformações e conflitos entre diferentes formas de consciência e as obrigações que elas impõem. Contudo, pouca atenção tem sido dada ao modo como tais transformações e conflitos se relacionam às bases materiais de reprodução que marcam a vida das populações locais. Este artigo é uma tentativa de responder a essa lacuna.

Este artigo segue estruturado em três seções. Na primeira, aspectos da estrutura econômica e social dos Meto anteriores à administração colonial direta são abordados. Recuperam-se as dinâmicas de reprodução social pré-estatais com base nos relatos etnográficos legados por Schulte Nordholt (1971) e Cunningham (1963). A eles, acrescentam-se relatos de fontes coloniais portuguesas e de anciãos que viviam em Usitasae à época do trabalho de campo realizado, entre 2016 e 2017. Na segunda parte, procura-se identificar as articulações desse universo camponês a circuitos econômicos mais amplos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Na terceira seção, argumenta-se que categorias como nação e pessoa “leste-timorense”, tempo e espaço “nacional”, em Usitasae e Oecussi, começaram a ter maior relevância e poder de persuasão diante de alterações nas articulações dos modos de produção quando as dinâmicas de reprodução social das unidades domésticas e das instituições de parentesco passaram a ser incrementadas pelo acesso a mercadorias mediante o trabalho assalariado e a ocupação de posições administrativas nas estruturas políticas coloniais e, mais recentemente, nacionais.

2 A Organização Político-Econômica Campesina em Oecussi

Os raros registros das primeiras práticas de troca estabelecidas entre mercadores europeus e chineses e populações Meto, no século XVI, sugerem que as dinâmicas de produção desta população se davam sobretudo por meio de coleta e caça. Atribui-se a introdução progressiva da agricultura ao contato e transações estabelecidas com tais mercadores – e a seguir, com agentes coloniais portugueses – interessados em cera de abelha e sândalo (Yoder, 2016).

Somente a partir do século XX, e especialmente a partir de 1950, a agricultura e a pecuária tornaram-se atividades centrais nas dinâmicas produtivas desta população (Schulte Nordholt, 1971). A terra então passou a ser um importante instrumento de trabalho para criação dos animais domésticos e para o crescimento cíclico de gêneros vegetais (arroz e milho, além de frutos como manga, papaia, banana e palmeiras) (Schulte Nordholt, 1971, p. 51)⁴, além do betel e da areca, duas nozes mascáveis.

Em Oecussi, as principais instituições de reprodução têm sido os grupos de origem/Casas – chamadas localmente de *ume kanaf* (“nome da casa”, em tradução literal). Essas organizações são formadas por relações de filiação a um ancestral comum entre seus integrantes e pela observância da exogamia, que impõe alianças com outras casas para doar ou receber esposas.

Cada *ume kanaf* estava bastante associada a um assentamento territorial. Nesses locais, reuniam-se diferentes *ume messi* – unidades domésticas⁵. As unidades domésticas constituíam as relações mais importantes para as atividades produtivas de gêneros alimentícios, pois comandavam a produção agrícola e o cuidado de animais domésticos (Cunningham, 1963, p. 296).

As queimadas que preparavam os terrenos para agricultura eram auxiliadas por instrumentos de madeira e metal afiados para desmatar e arar. Os instrumentos de metal, apesar de indispensáveis para a agricultura, não eram forjados pela população; eles vinham de trocas com populações de outras ilhas (Schulte Nordholt, 1971, p. 41). Cestos impermeáveis de palha de palmeira manufaturados localmente eram utilizados para fins de irrigação. Podemos considerar que, ainda que as *ume kanaf* e as unidades domésticas fossem responsáveis por grande parte da produção dos bens que consumiam, a produção de alimentos e de outros bens passou a depender cada vez mais de instrumentos e materiais que não estavam disponíveis na região. É interessante observar, portanto, os efeitos que o comércio mercantil produziu

⁴ O cultivo de alimentos concentrava-se sobretudo às margens dos pequenos rios, o que facilitava a irrigação e reduzia o esforço de transporte de água. A agricultura baseava-se na rotação de culturas, como arroz e milho, exigindo amplas áreas obtidas pelo desmatamento com queimadas. O milho também era plantado em áreas altas durante o período chuvoso. A alimentação era complementada pela coleta de vegetais silvestres, sobretudo na seca, quando havia escassez. As etapas do ciclo agrícola variavam conforme os períodos anuais de chuva e seca. O preparo da terra e o plantio ocorriam na seca, estendendo-se até a colheita, ao fim das chuvas.

⁵ Schulte Nordholt (1971) deu especial destaque à *ume* (Casa) considerando-a um *grupo genealógico*, enfatizando as discussões sobre descendência e unilinearidade daqueles sujeitos. Cunningham (1963) apontou que as Casas seriam, na língua nativa das populações Meto, as *ume kanaf* (“Casa nome”), unidades centrais nas regras prescritas pelas quais essas populações conduziram as trocas matrimoniais afins (conúbios). Cunningham classifica a *ume kanaf* como um “grupo de descendência”, que, junto com as trocas matrimoniais, seriam fenômenos totais por influenciarem diversas dimensões da sociabilidade, ao invés de classificar a *ume kanaf* como um grupo genealógico como fizera Schulte Nordholt (1971). Andrew McWilliam (2002), que estudou as populações meto no Timor Indonésio das décadas de 1980 e 1990, compreende também a importância da Casa, mas destaca tal fenômeno pelo seu significante – a casa cerimonial – como uma expressão simbólica de estruturas lógicas mais profundas daquela população, especificamente a precedência. As Casas, para McWilliam, seriam grupos nominados (*kanaf*), segmentos de pessoas unidas por terem um mesmo nome.

entre os Meto: ele alterou os padrões de produção locais ao mesmo tempo em que inseriu as populações em novas redes de interdependência (Polanyi, 2000 [1944])⁶.

As práticas agrícolas se organizavam em diferentes momentos. No primeiro, preparavam-se os terrenos de cultivo por meio de limpeza e construção de cercas para evitar a entrada de animais que pudessem destruir as plantações. Isso ocorria entre agosto e outubro. A seguir, tinha início o período de semeio, em novembro, quando as chuvas chegavam. Feito o plantio, a manutenção da roça se dava pelo manuseio do crescimento das plantas, com irrigação e limpeza de ervas daninhas durante os meses de dezembro e janeiro. As atividades de plantio eram comandadas por mulheres, diferentemente das atividades de desmatamento e queimadas, que eram realizadas basicamente por homens. Por fim, havia o período da colheita, entre fevereiro e abril.

O recrutamento de pessoas era essencial para a produção, uma vez que a agricultura e a pecuária dependiam basicamente de energia humana. Neste contexto produtivo, uma família nuclear servia como força de trabalho (Meillassoux, 1973, p. 85), uma vez que o cultivo não requeria um grande grupo de cooperantes. Quando um maior número de pessoas se fazia necessário no manejo agrícola, recrutava-se parentes consanguíneos e afins.

As tarefas na agricultura distribuíam-se entre pessoas pertencentes a uma mesma unidade doméstica, havendo alianças com outras apenas em algumas etapas ou na ausência de pessoas hábeis ou suficientes para a realização de alguma atividade. A criação do gado bovino e dos búfalos concentrava-se na ação dos homens, responsáveis pelo cuidado e pela alimentação desses em pastos. Já os deveres de criação de galos e porcos ficavam sob responsabilidade das mulheres.

As atividades de cultivo, colheita, beneficiamento e preparo dos alimentos distribuíam-se de forma diferenciada entre homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, não como tarefas isoladas, mas como responsabilidades complementares. Durante a colheita do milho, por exemplo, existia uma divisão geracional: crianças e jovens percorriam a plantação recolhendo as espigas, enquanto os mais velhos permaneciam sob uma tenda selecionando aquelas destinadas ao consumo e aquelas que seriam preservadas como sementes para o ciclo agrícola seguinte, transmitindo, assim, conhecimentos técnicos e garantindo a continuidade da produção. Paralelamente, as mulheres assumiam papel central na transformação dos produtos agrícolas em alimentos, sendo responsáveis pelo beneficiamento do arroz, pelo

⁶ Claude Meillassoux (1972), ao comparar sociedades que se caracterizam por diferentes modos de produção (“caçadores e coletores” e ainda “camponeses”), sugere que se passou a ter diferentes vinculações à terra: enquanto as sociedades coletoras-caçadoras usam a terra como objeto do trabalho, as sociedades camponesas fariam o uso da terra como um instrumento de trabalho. Essa diferença sobre o uso da terra a partir da distinção objeto/instrumento tem efeitos distintos nas formas de organização social. Em sociedades nas quais a ação do trabalho majoritariamente se encontra em atividades de coleta e caça, a produção é instantânea, na medida em que o bem encontra-se disponível assim que é coletado ou caçado. Na formulação teórica de Meillassoux, esse processo de produção, em que a distribuição do bem é feita conjuntamente e este é consumido também rapidamente, não dá bases para a emergência de uma hierarquia social ou de um poder centralizado ou mesmo uma organização familiar estendida. As ideias e valores do parentesco, em sociedades de caçadores e coletores, portanto, tomam uma importância reduzida (quando comparadas às sociedades camponesas). Meillassoux mostra que a ideologia dos caçadores difere das sociedades camponesas. Entre camponeses, o uso da terra faz com que haja expectativas de produção material a longo prazo, exigindo a articulação das forças produtivas para o plantio e para a colheita dos alimentos. Essa necessidade de mobilizar uma força produtiva por um período extenso faz com que haja necessidades de centralização e organização hierarquizada da atividade, uma vez que muitas pessoas são importantes para conduzir, conjuntamente, a produção de alimentos. As relações de parentesco tomam posições importantes na vida social da sociedade camponesa porque camponeses dependem de certas forças produtivas advindas principalmente da reprodução biológica para conseguir produzir os recursos materiais. Assim, o parentesco é uma ideologia dominante na vida dessas pessoas que têm um modo de produção camponês porque as relações advindas de laços de descendência e afinidade são relações de produção (Meillassoux, 1972, p. 100).

preparo cotidiano das refeições e pela coordenação do trabalho doméstico, enquanto homens e rapazes realizavam atividades como a coleta de lenha, indispensável ao cozimento dos alimentos (Cunningham, 1963).

A produção de uma unidade doméstica destinava-se primordialmente ao consumo dos seus próprios integrantes, sendo a parte excedente distribuída com as demais unidades domésticas da *ume kanaf* que a auxiliassem, e com casas com quem detinham alianças matrimoniais duradouras. As unidades domésticas voltavam-se principalmente para a subsistência. As *ume kanaf* funcionavam, por sua vez, como suporte às unidades domésticas em que estivesse ausente uma quantidade de pessoas necessárias ou hábeis para a produção agrícola⁷.

Diferentemente da produção agrícola e pecuária, as trocas matrimoniais eram geridas pelas *ume kanaf*, as quais orientavam homens e mulheres solidários entre si por relações de consanguinidade e submetidos ao tabu de incesto (Schulte Nordholt, 1971, p. 93); elas eram as pessoas morais pelas quais se formavam casais para a produção de pessoas. As trocas matrimoniais seguiam o sistema de “conúbios assimétricos”, em que as *ume kanaf* se posicionavam desigualmente entre si como “doadoras de mulheres” e “receptoras de mulheres” (Cunningham, 1964). A *ume kanaf* doadora era classificada como *an mone* e a receptora como *an feto*, havendo precedência das doadoras tanto no dia a dia quanto em momentos cerimoniais (Cunningham, 1963, p. 244). A prestação mais importante referia-se à noiva que, encaminhada à unidade doméstica do seu marido, passava a conviver com demais integrantes da *ume kanaf* receptora e a produzir em conjunto com eles (Cunningham, 1963, p. 235), o que fez com que as populações de Oecussi fossem classificadas usualmente como “patrifocais”.

Como forma de cumprir as prestações matrimoniais na vida cotidiana, uma *ume kanaf* receptora de mulheres, por vezes, compartilhava as crianças e jovens – geralmente meninas – frutos do matrimônio, para morar e para auxiliar nas unidades domésticas das *ume kanaf* de origem da mulher. Outra forma de cumprir as prestações matrimoniais consistia em o homem residir no assentamento da *ume kanaf* de sua esposa (“*groom service*” em inglês, ou “serviço do noivo”) nos momentos iniciais do casamento, atuando como subordinado dos homens (irmãos e pai da noiva) e sendo responsável por serviços para esse grupo, como coleta de alimentos e água, cuidado do gado e construção de residências (Cunningham, 1963, p. 251).

Em relação às dimensões rituais, as festas constituíam momentos importantes em que as prestações matrimoniais eram realizadas e, conseqüentemente, em que a produção era trocada e consumida. Essas *ume kanaf* transacionavam diferentes riquezas: além das mulheres, circulavam animais domésticos, vegetais, tecidos, bebidas alcoólicas e colares feitos com corais (Cunningham, 1963, p. 246). A *ume kanaf* doadora-de-esposa convidava a Casa receptora para fazer uma refeição, por vezes chamando outras *ume kanaf* para integrar o evento como forma de celebrar a formação ou reprodução da aliança ou parte de pagamentos de prestações matrimoniais.

Essas trocas se impunham em regime de dádivas e não se buscava o cumprimento total das trocas no ritual do casamento, apesar de haver estimativas quanto aos bens que compunham a riqueza da noiva.⁸ Nesse sentido, as *ume kanaf* se relacionavam, formando

⁷ Cunningham morou com populações meto na companhia de sua esposa, que, inclusive, estava grávida durante a pesquisa de campo.

⁸ Cunningham explicou o entendimento nativo sobre a indeterminação da troca: “Um homem me contou ‘Eu nunca vou

uma solidariedade entre elas mediante relações de precedência. Essas *ume kanaf* formavam uma área territorial de assentamentos e, por serem relacionadas mediante matrimônios, constituíam o que podemos chamar de “área matrimonial” (Meillassoux, 1983).

Schulte Nordholt (1971) relata transações em que não havia contraprestações por serem realizadas mediante violência ou furto. Nesse momento, havia disputas entre as *ume kanaf* por pedaços de terras e roubos de gado, o que ocasionava, muitas vezes, atos de guerra (Schulte Nordholt, 1971, p. 328). As guerras originavam-se por desacordos quanto às prestações matrimoniais ou de processos sucessórios.

As populações ocupavam o território de acordo com um padrão organizacional (Schulte Nordholt, 1971, p. 40), construindo suas *kuan* (aldeias) nos espaços altos, visto que os riscos de serem destruídas pelas enchentes do rio em terras baixas eram maiores. Esse padrão também acontecia porque consideravam as vantagens militares em manter suas moradias em áreas elevadas, possibilitando a visão de espaços distantes e a chegada de possíveis inimigos (idem). As *kuan* (aldeias) eram cercadas e distribuídas pelo território de modo disperso (Schulte Nordholt, 1971, p. 186; Martinho, 1945).

As moradias eram construídas com madeira, pedras e palhas, coletadas do ambiente circundante pelos membros do grupo. Com telhados em formatos cônicos, serviam também para guardar algumas relíquias de família, ferramentas, utensílios, assim como milho, arroz, tecidos tradicionais, areca e palmeiras (Cunningham, 1963, p. 332). Guardavam-se também as sementes que seriam consumidas como alimentos, deixando parte delas para o ciclo agrícola futuro. Essas residências conformavam-se como um espaço de descanso, de relações sexuais, de realização de refeições, de recepção de visitas. Mulheres, em geral, ficavam bastante associadas às moradias, pois parte de suas atividades era realizada nelas: separação do arroz, preparação e cozimento de alimentos, tecelagem (Cunningham, 1963, p. 334).

A reprodução biológica constituía-se no meio principal de produção da força de trabalho, ainda que houvesse situações em que a captura de prisioneiros de guerra fizesse com que esses atuassem como pessoas escravizadas (Schulte Nordholt, 1971, p. 369). Desse modo, a formação de casais se mostrava como uma atividade central para a produção das populações de Usitasae. Não por acaso, as trocas matrimoniais eram objeto central de ação política entre os grupos de origem.

Dentro de uma área matrimonial, havia certas *ume kanaf* que ocupavam funções específicas. Algumas encabeçavam ações militares na proteção contra disputas externas, detinham certo domínio sobre alguns bens de produção, como terras e espadas, atuavam como chefes rituais e administradoras da justiça ou coordenavam o comércio com as iniciativas coloniais de comércio do sândalo (Schulte Nordholt, 1971, p. 361).

Concomitantemente à formação de coletivos camponeses, o comércio marítimo também produziu uma diferenciação política entre as *ume kanaf*. As formações do que passou a ser chamado de principados ou reinos – agrupamento que agregava diferentes áreas matrimoniais – decorreram de ações comerciais. Os coletivos coloniais de origem europeia transformaram certas *ume kanaf* em mediadoras da ação colonial ao fazerem alianças com grupos cujos assentamentos se localizavam em espaços litorâneos. Tais *ume kanaf* orientavam a captação do sândalo em troca das mercadorias. Schulte Nordholt (1971, p. 358) destacou

deixar meu genro pagar a prestação final. Então ele não terá como vir e trabalhar para mim. Caso contrário, o marido de nossa filha será livre para tê-la onde deseja e nós não poderemos dizer algo’ (Cunningham, 1963, p. 251, tradução nossa).

os efeitos do comércio em processos de diferenciação social entre as populações Meto. O comércio com mercadores estrangeiros permaneceu como um ponto bastante importante na diferenciação das *ume kanaf* e na concentração de meios de produção em algumas delas. Conformavam trocas em regime de escambo com navios mercantis, que ofertavam objetos metálicos (facas, espadas, moedas) e tecidos como contraprestação a sândalo (idem, p. 50). Se, num momento anterior à intensificação do mercantilismo e do colonialismo, a prosperidade material das Casas derivava sobretudo das riquezas da noiva (*bridewealth*), do incremento da produção por meio da incorporação de novas mulheres e do trabalho dos filhos das Casas (Schulte Nordholt, 1971, p. 383), as *ume kanaf* diversificaram-se, assim como diversificaram as atividades e meios produtivos com essas transações mercantis.

O acesso privilegiado a ferramentas necessárias para a atividade agrícola fazia com que determinadas *ume kanaf* passassem a perceber-se e a serem percebidas como dominantes naquele ambiente. A espada não era apenas um instrumento de dominação dessas *ume kanaf* pela violência, mas também um instrumento de trabalho agrícola e de coleta de vegetais.

3 A Articulação a Organizações Econômico-Políticas Coloniais e Nacionais

O ambiente montanhoso de Oecussi foi profundamente transformado pela intensificação da colonização portuguesa no pós-guerra (1950-1974), pela ocupação indonésia (1975-1999), pela administração provisória da ONU (1999-2002) e pela independência de Timor-Leste (desde 2002). Esses processos integraram as populações de Usitasae a circuitos econômicos e políticos mais amplos, que serão objeto de análise nesta seção.

A partir da década de 1950, Portugal intensificou a incorporação de autoridades locais à administração colonial por meio dos postos administrativos. Essas lideranças, denominadas “autoridades indígenas”, passaram a exercer funções políticas e rituais reconhecidas pelo Estado. É expressivo o relato de um agente colonial à época, que buscava a boa recepção às ações coloniais mediante o respeito às “jurisdições indígenas, e dentro destas, os direitos dos chefes e as balizas do suco” (Martinho, 1945, p. 167).

As campanhas de pacificação fortaleceram chefias indígenas integradas ao governo colonial. Relatos locais indicam que tanto portugueses quanto indonésios utilizaram essas lideranças como mediadoras de seus projetos políticos. Tais ações fizeram com que as *ume kanaf* articuladas por relações de dádiva fossem incorporadas à estrutura estatal colonial. As *ume kanaf* que controlavam circuitos comerciais ganharam maior importância política nesse processo. Por exemplo, na década de 1960, Usitasae tornou-se oficialmente um Suco – uma divisão política-territorial liderada por uma autoridade indígena, correspondendo a um agrupamento de aldeias. A nova unidade política passou a ser governada por lideranças locais nomeadas e reconhecidas pelo Estado.

Um dos efeitos dessas transformações foi a concentração populacional em aldeias. Os assentamentos anteriormente dispersos passaram a ser agrupados por iniciativa dos diferentes governos. A política de aldeamento visava facilitar a administração colonial (Martinho, 1945, p. 168). Assim, aldeias passaram a reunir diferentes *ume kanaf* em um mesmo espaço territorial.

Outra frente de articulação promovida pelo Estado português e pela Igreja Católica foi a promoção da escolarização dos filhos das autoridades locais. O objetivo era formar intermediários para a burocracia colonial. Missionários europeus dirigiam essas escolas. Somente a partir de 1975, com a ocupação indonésia, houve ampliação significativa da oferta escolar para a população em geral (Arenas, 1998).

As ações de expansão de infraestruturas de comunicação e instrução foram importantes em Oecussi após a Segunda Guerra Mundial. A construção de estradas integrou Usitasae, ambiente onde o autor realizou pesquisa, aos demais sucos e à capital do então distrito. As estradas favoreceram o surgimento de mercados itinerantes e de atividades comerciais. Algumas unidades domésticas, sobretudo aquelas pertencentes a *ume kanaf* que ocupavam posições mais subordinadas nas dinâmicas de poder locais, passaram a produzir excedentes para venda e troca monetária. Conforme relatavam os anciãos, os mercados passaram a complementar a produção doméstica de alimentos. Produtos antes inacessíveis, como arroz, feijão e alimentos industrializados, tornaram-se disponíveis. Especialmente com a ocupação indonésia, Oecussi passou a ter acesso a arroz de forma mais abundante devido à recepção de excedentes de outras ilhas da região. A chegada de mercadorias industrializadas também transformou os espaços domésticos. Utensílios modernos passaram a coexistir com objetos produzidos localmente. Do mesmo modo, o acesso a roupas industrializadas alterou profundamente os modos de vestir da população. Tecidos artesanais deixaram de ser a principal forma de vestimenta cotidiana.

As práticas de produção da agricultura também foram impactadas pela expansão dos mercados e da ação estatal. Novos instrumentos e insumos agrícolas ampliaram as possibilidades produtivas. Técnicas como sistemas de curvas de nível, que possibilitavam a redução da erosão do solo e a ampliação das áreas de cultivo, novos instrumentos, como baldes de plástico e canos de irrigação, e formas de trabalho remunerado passaram a ser incorporados à produção agrícola. O acesso a esses recursos fez com que os habitantes de Oecussi passassem a depender cada vez mais do mercado para gerir sua produção agrícola.

Além disso, as formas de transmissão da propriedade passaram a ser diversificadas: se antes eram legados ancestrais inalienáveis, algumas terras passaram a ser compradas e controladas por proprietários externos à comunidade. Apesar dessas mudanças, a agricultura e a pecuária continuaram fundamentais para a vida local. A coleta de recursos silvestres também permaneceu importante para a alimentação.

Durante a ocupação indonésia, muitas moradias passaram a ser de alvenaria e muitas construções de madeira e palha passaram a funcionar como silos, onde se armazenavam as colheitas e as sementes para o próximo ciclo agrícola. Quanto aos meios de comunicação, a escrita, a televisão, os celulares e a internet tornaram-se paulatinamente disponíveis. Em 2017, os telefones móveis já desempenhavam papel importante na circulação de informações via SMS (*short message service*). Os transportes marítimos, em barcos públicos e privados, e a conexão aérea em uma pista de pouso aproximaram Oecussi do restante de Timor-Leste. Em 2017, Oecussi vivia um processo de reestruturação econômica ligado à criação de uma Zona Especial de Economia Social de Mercado. Grandes obras de infraestrutura estavam em andamento.

Estradas, mercados e tecnologias de governança, como as escolas e as estruturas de poder local, entre outros, foram fenômenos concretos que reorganizaram a produção em

Usitasae, provocando um conjunto de efeitos integrativos com outras regiões mediante meios que excediam as alianças matrimoniais. Um desses efeitos foi um maior fluxo de pessoas e de migrantes, que passaram a residir também na região, ainda que em Oecussi não tenha ocorrido fluxos significativos de migrações forçadas durante a ocupação indonésia, críticos em municípios como Bobonaro (Sousa, 2010) e Manatuto (Bovensiepen, 2015). Contudo, diversas pessoas originárias de Usitasae passaram a migrar para o litoral ou outras partes da ilha a partir de trajetórias de escolarização e da burocracia. Essas expectativas de ir ao centro administrativo de Oecussi ou à capital do país para completar estudos e talvez manter-se nesses espaços passaram a fazer parte do imaginário das pessoas por serem associadas a possibilidades de melhoria da qualidade de vida.

Em 1929, segundo o censo realizado pelo Estado colonial português (Lencastre, 1929), a população de Oecussi correspondia a 11.919 pessoas. Em 2010, Oecussi tinha uma população de 64.025 habitantes (Timor-Leste, 2010, p. 15). Esses dados demonstram que a população aumentou em aproximadamente 437% em oitenta anos. Tendo-se em conta que o território de Oecussi tem uma área correspondente a 815 km² e que essas fronteiras têm sido relativamente fixas desde o século XIX (Yoder, 2016), a densidade demográfica aumentou consideravelmente. Enquanto havia 14,62 pessoas por quilômetro quadrado, a densidade demográfica de Oecussi passou a ser de 78,55 pessoas por quilômetro quadrado em 2010. Essas mudanças na densidade demográfica podem estar relacionadas à maior segurança alimentar e ao acesso a serviços de saúde, especialmente de saneamento básico (acesso a poços artesianos e construção de fossas), assim como aos avanços na prevenção de doenças. O aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade infantil contribuíram para ampliar o número de parentes potencialmente mobilizáveis nas redes de produção e reprodução social.

Outra mudança que se pode observar é quanto às línguas utilizadas para comunicação⁹. Se é correto afirmar que os habitantes de Oecussi pré-estatal falavam majoritariamente a língua meto (ou “uab meto”), a pluralidade linguística intensificou-se desde a colonização portuguesa. A seguir, a incorporação forçada à República da Indonésia, entre 1975 e 1999, garantiu ampla difusão do malaio entre os Meto. Os habitantes que tiveram formação escolar durante as décadas de 1980 e 1990 – o que corresponde a pessoas que estavam na faixa de 30 a 55 anos em 2017 – podem se comunicar na língua indonésia. Por exemplo, nas práticas comerciais (contar objetos, dinheiro) e nos jogos de azar (bingos e *bole-gule*), os números eram majoritariamente mobilizados em língua indonésia em 2017.

A língua indonésia é objeto de ampla difusão nos meios de comunicação no ambiente atual de Oecussi. No ano de 2017, uma das formas pelas quais esse idioma tornava-se corrente era o sistema de televisão. Uma vez que a produção de mídia televisiva em Timor-Leste encontrava-se bastante incipiente, a maioria das televisões era sintonizada em antenas parabólicas, o que permitia que os que tinham acesso à televisão assistissem canais com programas indonésios¹⁰.

⁹ Schulte Nordholt (1971) deixa subentender que as populações da região viviam um ambiente linguístico de monolinguismo, uma vez que supõe uma unidade dessas populações por serem falantes de uma mesma língua e a capacidade de comunicação das demais línguas da ilha não é um questionamento respondido por ele. No tópico “The Language” (Schulte Nordholt, 1971, p. 25-27), a preocupação analítica de Schulte Nordholt é menos de identificar quais são as línguas que são faladas pelos Atoni do que classificar o meto dentro de uma filogenia.

¹⁰ É interessante observar que, para os cooperantes internacionais favoráveis à difusão da língua portuguesa em Timor-Leste, a televisão indonésia é tida como um dos principais desafios, havendo algumas iniciativas políticas em Díli que buscam a redução da difusão desses canais pelo país como forma de incentivo às línguas nacionais.

A presença intensa da língua indonésia em Oecussi advém também do fato de o enclave estar cercado por território indonésio e de a Indonésia ser seu principal parceiro comercial. Isso é observável nas mercadorias que circulam em Oecussi, basicamente produtos industrializados importados do país vizinho. A quantidade massiva de bens e produtos faz com que as instruções linguísticas e os nomes dos produtos sejam, em geral, dados em língua indonésia. Exceto os celulares comprados nas operadoras nacionais, os demais têm suas configurações em língua indonésia. Assim, a inexistência da língua meto ou tétum nesses celulares faz com que muitos dos habitantes de Timor-Leste configurem seus aparelhos em língua indonésia.

Há que considerar ainda que as populações que falam a língua meto nas fronteiras de Oecussi são bastante incentivadas a aprender a língua nacional da Indonésia nas escolas, nas burocracias do Estado e pela mídia para que possam melhor interagir com as populações que cercam Oecussi.

Ao mesmo tempo, as iniciativas para a institucionalização e difusão de línguas oficiais do Estado leste-timorense têm feito com que os habitantes de Oecussi pareçam cada vez mais capazes de comunicarem-se nas línguas portuguesa e tétum¹¹. Políticas de difusão de línguas oficiais têm sido consideravelmente relevantes nos últimos 15 anos. As comunicações burocráticas passaram a ser majoritariamente realizadas em língua portuguesa e tétum, assim como todo o sistema educacional leste-timorense foi concebido para que os estudantes sejam habilitados a falar essas línguas. Os investimentos na produção de mídias escritas nas línguas nacionais, o canal estatal de televisão de Timor-Leste – TVTL – e as mensagens de comunicação jornalística passadas pela operadora de telefone Telemor, fazem uso basicamente da língua tétum. Observou-se, durante o período de pesquisa entre 2016 e 2017, que a maioria dos jovens adultos de Oecussi, especialmente os homens, era capaz de se comunicar nesse idioma¹².

4 Permanências e Mudanças nas Configurações Ideológicas de Usitasae

Um efeito central da produção agrícola e das relações de produção baseadas em laços de descendência, fraternidade e afinidade, conforme exposto, é que tal modo de produção tem dado condições políticas e econômicas para que a ideologia de parentesco – noções de tempo, pessoa, espaço voltadas para valorizar o pertencimento aos grupos de parentes – seja central nos ambientes meto. Conforme argumentou Maurice Godelier (1981), os processos produtivos têm como um dos seus componentes as ideias sobre a realidade, com

¹¹ Um professor, originário de Bobonaro, relatou suas dificuldades, quando chegou em Oecussi, em relação à comunicação. Formado em técnicas agrícolas, ele foi para a região por ordem do governo da província de Timor Timur em 1992. Ele disse que poucos homens sabiam falar tétum, tampouco Bunak, sua língua materna. Isso acontecia principalmente diante do isolamento que Oecussi tinha em relação ao restante da então província de Timor Timur, que se tornou Timor-Leste independente. Nessa trajetória, ele mesmo percebia que as línguas vigentes em Oecussi tinham sido alteradas.

¹² Outra razão é que a língua tétum tem sido difundida pela Igreja Católica em Oecussi desde 1965. Com o Concílio Vaticano II, ficou definido pelo Vaticano que os ritos da Igreja, o catecismo e demais celebrações, deveriam ser realizadas em línguas locais (Fernandes, 2014). A Diocese de Díli, responsável pela recepção dessas instruções, selecionou a língua tétum como a língua local de todo o Timor-Leste. Isso fez com que os rituais realizados pela Igreja Católica em Oecussi fossem celebrados nessa língua durante os anos seguintes, inclusive durante a ocupação indonésia. Essa situação se mantém, de modo que as celebrações que eu acompanhei durante a minha pesquisa foram sempre realizadas em tétum. Os padres, em geral oriundos de outras regiões ou países como Filipinas e Indonésia, seguiam o rito todo em tétum e se comunicavam, inclusive durante o sermão, nessa língua. É certo que muitos dos presentes nessas missas, principalmente as mulheres e as crianças, não tinham plena capacidade linguística para entender o tétum. Certa vez, enquanto assistia a uma cerimônia de casamento na Igreja, o noivo falou sem muita destreza seus votos nupciais em língua tétum. Sua falta de habilidade com a língua difundida pela Igreja foi motivo de riso de muitas pessoas que assistiam ao casamento.

representações sobre a natureza, sobre os modos a partir dos quais se age sobre ela e sobre os resultados que são gerados por essas ações. Nesse sentido, é importante considerar que as populações Meto tinham e têm o parentesco como expressão ideológica de suas relações de produção. As relações mobilizadas nas dinâmicas de produção correspondiam às relações descritas em termos de parentesco (Meillassoux, 1973, p. 85).

Isso é observável pelas formas como a produção de alimentos e de pessoas se desenvolve em ambientes camponeses. Por exemplo, o fato de haver ciclos de produção exige que as empreitadas agrícolas envolvam cooperações que se estendam por um longo período. Isso fazia com que as gerações mais velhas procurassem exercer poder sobre as gerações mais novas, tornando-se a hierarquia geracional um princípio ordenador da experiência, uma vez que o parente é uma importante fonte de produção material (Meillassoux, 1973, p. 84, tradução própria).

Tais fatos constituem as bases para um conjunto de padrões de conduta, de organização social e de ideologias um tanto diferentes do que se observa em espaços cujo modo de produção capitalista vigora com mais força: os casamentos são prescritos (Cunningham, 1963, p. 237), o casamento é um ritual de passagem fundamental (Schulte Nordholt, 1971, p. 141), a ancestralidade se apresenta como um importante fenômeno nas ações rituais e nos cultos religiosos (Schulte Nordholt, 1971, p. 142). Não por acaso, a população de Oecussi expressava e tem expressado os valores de hierarquia e solidariedade em suas terminologias de parentesco para dar continuidade aos ciclos agrícolas e às trocas matrimoniais. Como as atividades de produção do campesinato envolvem divisões de funções que precisam ser constantemente reatualizadas, as oposições hierárquicas complementares entre as categorias *amaf* (ancião) x *ana* (jovem, criança), *atoni* (homem) x *bife'l* (mulher), irmãos mais velhos (*tataf*) x irmãos mais novos (Schulte Nordholt, 1971, p. 53) eram e continuam a ser recorrentes.

No momento em que predominava uma organização social camponesa e que as interações com o Estado (colonial ou nacional) eram menos relevantes, o fato de as unidades domésticas e as *ume kanaf* serem mais importantes nas relações de produção do que os principados identificados por Schulte Nordholt (1971) explica por que essas unidades políticas tinham pouca força de governança nas dinâmicas econômicas¹³. Nesse sentido, a concentração e a divisão de tarefas dentro das unidades domésticas e das *ume kanaf* e uma baixa divisão do trabalho social fora das *ume kanaf*, com certa autonomia dessas unidades para a produção da vida, faziam com que a posição, as ideias e os valores de parentesco, em períodos mais intensos da vivência camponesa, fossem muito mais relevantes e tidos como reais nas formas de pensar dos Meto – com exceção, talvez, entre as Casas que atuavam como mediadoras com comerciantes ou colonizadores – do que seu pertencimento a um lugar chamado Oecussi-Ambeno, como o enclave era denominado durante a colonização portuguesa.

As relações de parentesco e as formas hierárquicas de interação entre parentes correspondiam concretamente às relações de produção, de modo que as *ume kanaf* e as unidades domésticas eram muito mais relevantes em processos de autoidentificação e

¹³ O papel pequeno e quase irrelevante dos principados nas relações de produção explica, em parte, as dificuldades de Schulte Nordholt (1971) em classificar as sociedades que ele pesquisou como centralizadas ou como segmentárias; “Os subgrupos de uma comunidade são capazes de conduzir a maioria dos seus assuntos independentemente, tanto na vida econômica quanto nos conflitos e, em certa medida, na guerra. Então existe pouca especialização aqui. Apesar disso, eles são proximamente relacionados ao centro ritual formando uma unidade coesa, como resultado das tensões inerentes que o próprio sistema normalmente produz” (Schulte Nordholt, 1971, p. 398, tradução própria).

alteridentificação dos sujeitos. Esse modo de organização do trabalho pode explicar alguns princípios estruturais de parentesco e da política identificados por Schulte Nordholt (1971) nos coletivos meto anteriores às ações estatais: 1) a relação direta entre território e grupo genealógico (“a Casa”); 2) a exogamia do grupo genealógico e a endogamia da comunidade política; 3) a reciprocidade marcada por relações de subordinação; 4) a condição superior das casas doadoras de esposas (“*wife-giving*”) em relação às tomadoras, em alianças de casamento; 5) a superioridade do irmão mais velho em relação ao irmão mais novo; 6) a construção de relações afins para a manutenção da Casa; 7) a tendência de construir inúmeras relações de afinidade (Schulte Nordholt, 1971, p. 394-396).

As articulações dos modos de produção camponeses com novas estruturas institucionais e os recursos delas derivados têm implicado uma desconcentração do parentesco como principal fonte de ideias e valores. Os fatos analisados na seção anterior indicam que ao longo do período analisado a articulação dos modos de produção e reprodução locais com instituições estatais (coloniais ou não) alterou significativamente o ambiente e as formas de produzir e reproduzir a partir das quais as ideias e valores das populações Meto são cultivadas.

Em ambientes em articulação com o modo de produção capitalista, ideias de parentesco como expressão da organização social perdem parte de sua realidade material uma vez que a reprodução social passa a realizar em combinação com a economia de mercado (Meillassoux, 1973, p. 89). Na medida em que o trabalho assalariado passa a ser uma das principais fontes de reprodução principal para alguns sujeitos, em que a migração permite o intercâmbio com diversas outras pessoas, entre outros fenômenos, os deveres e obrigações de parentesco ficam mais suscetíveis de ser objeto de contestação. Aqueles que colocam esses valores em questionamento estão mais facilmente aptos a organizar suas vidas com base em outras ideologias, pois não estão mais dependentes das relações de parentesco para acessar os serviços e bens necessários à reprodução social.

Apesar disso, em Oecussi contemporâneo, o parentesco continua a operar como uma ideologia importante porque grande parte das atividades econômicas permanece dependente desta instituição. Ao lado disso, a economia de mercado não se constituiu como uma realidade hegemônica para muitas pessoas Meto. Assim, o parentesco não perdeu a sua importância como forma de os sujeitos darem sentido às suas ações no mundo, já que um modo de produção doméstico e agrícola, orientado por relações de produção coincidentes com relações de descendência e aliança, continua a vigorar naquele espaço. As relações articuladas pelas unidades domésticas permanecem organizando grande parte da agricultura e da pecuária; os bens advindos da produção das unidades domésticas ou das trocas decorrentes das alianças matrimoniais entre as *ume kanaf* continuam a ser essenciais para as vidas de muitas pessoas. A terra permanece um meio de produção fundamental, sendo um bem dificilmente vendido e quase sempre transmitido por meio de herança.

Ao mesmo tempo, a ideologia de parentesco parece também ser revigorada com os mercados e com a burocracia à medida que novos meios de produção são apropriados de modo a reforçar as forças produtivas e as relações de produção das *ume kanaf*, a despeito da intencionalidade oposta de alguns atores do Estado nacional (Silva, 2014, 2016). A inserção de novos instrumentos e técnicas na produção agrícola se faz de modo a proporcionar às pessoas uma alimentação mais farta; pais e mães encaminham seus filhos para as escolas na expectativa de reproduzirem suas unidades domésticas; as *ume kanaf* em posição superior nas

escalas de precedência se aliaram a iniciativas centralizadoras de poder que acabaram por reforçar seus potenciais de dominância nas relações com as demais casas; as idas ao mercado e a construção de casas de alvenaria proporcionam um lar mais resistente e permanente para unidades domésticas.

Iniciativas de integração dessas comunidades locais pelo Estado nacional dependem das *ume kanaf* e das unidades domésticas. Não se trata de utilizar as atividades produtivas orientadas pelas *ume kanaf* como objeto de tributação, como ocorreu em outros lugares. A produção e manutenção de um contingente grande de pessoas dispostas a trabalhar na capital com salários baixos só se torna possível na medida em que elas contam com redes de solidariedade advindas de relações de parentesco que permitem sua sobrevivência no ambiente urbano. O que a experiência contemporânea em Oecussi demonstra é que a inserção das pessoas no espaço moral nacional e na economia de mercado que lhe corresponde é dependente dos recursos e serviços providos pelas unidades domésticas e pelos grupos de origem aos quais as pessoas estão vinculadas, à semelhança do que Meillassoux (1981) identificou há décadas para contextos africanos.

Padrões de comportamento próprios ao mundo campesino, como casamentos prescritos, circulação de crianças entre as unidades domésticas, festas matrimoniais longas e custosas, permanecem recorrentes. Valores centrais como a ancestralidade, a senioridade e a precedência – o que diversos antropólogos classificaram como características etnológicas das populações da Indonésia Oriental (Fox, 1980, entre outros) – continuam a fazer sentido nesse universo material. Logo, uma noção de pessoa vinculada aos grupos de parentesco, uma concepção de tempo vinculada aos ciclos agrícolas e às estações de chuva e de seca e uma noção de espacialidade enraizada em espaços repartidos por diferentes grupos de parentesco ainda orientam a imaginação desses habitantes. Esses valores, ideias e noções persistem apesar das transformações porque eles constituem – para usar uma metáfora da Linguística – uma “gramática” que expressa relações reais¹⁴.

Se, por um lado, a ideologia de parentesco – da qual a noção de *ume kanaf* é categoriaêmica – persiste, por outro, a articulação do modo de produção doméstico ao modo de produção capitalista – na qual a produção é orientada principalmente para o lucro – tem também possibilitado que ideias de Estado e de nação e outras ideias afins (ser funcionário público, pertencer a um suco ou município, feriados nacionais, etc.) promovidas principalmente pelas elites da capital começassem a ser socialmente inteligíveis e sentidas pelos demais habitantes de Usitasae contemporânea como reais. Um mundo material distinto, acessível por línguas francas e por novos meios de produção, transporte e comunicações, traz um conjunto de novas possibilidades sobre os modos pelos quais os sujeitos desenvolvem noções de tempo, pessoa e espaço.

¹⁴ Esse é um importante ponto de análise para pensarmos as razões por que existe uma consideração de que Oecussi é um ambiente onde se há dificuldades de incorporação do estado às dinâmicas das populações de Timor-Leste. Rose, em sua pesquisa que se deu em condições bastante semelhantes àquelas que eu encontrei em Oecussi, apenas dois anos antes de eu realizar meu trabalho de campo, interpreta as causas da dificuldade de incorporação das populações ao Estado nacional, tomando por base a ideia de que Oecussi é um “espaço de rejeição ao Estado” (*“state-repelling place”*, em inglês) (Rose, 2020, p. 42): um espaço “estéril fiscalmente” (*“fiscally sterile”*). A agricultura e a pecuária, assim como o universo do parentesco e da organização da força de trabalho em torno dessas estruturas, permanecem como fontes de seguridade daqueles sujeitos. O não engajamento também decorre das frustrações provocadas pelas iniciativas propostas por iniciativas empresariais e pelo Estado-nação, iniciativas que às vezes demanda mais energia. Nos ambientes urbanos, esses sujeitos enfrentam dificuldades de adaptação.

O Estado-nação se objetiva diante das pessoas na medida em que elas podem se imaginar como parte de um todo maior que suas áreas matrimoniais originais e se constituem como sujeitos portadores de direitos e obrigações frente a tal instituição. Estruturante é também o fato de que o Estado se torna fonte de recursos para reprodução social, por meio de programas de distribuição de renda, pensão aos veteranos da resistência leste-timorense, pagamento de benefícios a pessoas em condição de vulnerabilidade social, pagamento de pensões por aposentadoria, auxílios emergenciais e oferta de serviços nas áreas de educação, saúde, gestão de conflitos etc.

Ao lado disso, as elites locais em Usitasae passaram a se associar a instituições e ações de estado. Ao assim fazer, essas lideranças começaram a se conceber como agentes estatais, cientes de que são mais ou menos subordinadas a unidades maiores. Ao mesmo tempo, passam a se perceber como equivalentes a lideranças semelhantes no restante do país, todas elas subordinadas a um poder central. Do mesmo modo, essas lideranças começaram a se conceber como aliadas de certas lideranças nacionais, como Xanana Gusmão, Taur Matan Ruak, Mari Alkatiri, José Ramos-Horta etc., auxiliando-os na articulação de seu poder às unidades administrativas menores, como os sucos.

As ações que articularam as pessoas de Usitasae com outras pessoas de Oecussi e de Timor-Leste começaram a permitir que elas se concebiam como interdependentes em uma escala nacional. A construção de uma nova espacialidade tem permitido aos habitantes de Usitasae conceber que decisões em Pante Macassar (a capital de Oecussi) e Díli (a capital de Timor-Leste) produzem efeitos importantes para as suas vidas; que autoridades que lá residem são responsáveis por certas ações políticas que interferem no cotidiano do suco, que Usitasae é apenas um suco entre tantos outros de Oecussi e de Timor-Leste, que os produtos que eles consomem e as rendas que eles recebem advêm de ações de comerciantes e de burocratas vinculados ao Estado de Timor-Leste. Essas pessoas passaram a considerar suas realidades como similares às realidades de diversos outros ambientes, que, à semelhança deles, subordinaram-se a um governo central de tipo Estado moderno.

Os movimentos migratórios fazem com que sejam concebíveis alianças entre sujeitos originários de diferentes lugares do país, que compartilham entre si a pertença a um mesmo espaço nacional. As ações de articulação das autoridades locais com autoridades centrais do Estado também contribuíram para que ideias de um território nacional surgissem. Os espaços físicos onde habitam passaram a ser nomeados como unidades administrativas: durante a colonização portuguesa, Usitasae passou a ser concebido como um “suco”; atualmente é uma unidade territorial administrada e politicamente subordinada a uma unidade maior, tanto num nível intermediário (Posto Administrativo Oesilo, Região Administrativa Especial Oecussi-Ambeno) quanto num nível nacional (Estado-nação de Timor-Leste). Esse pertencimento do Suco Usitasae a unidades maiores passou a ser concebido à medida que essas pessoas passaram a viver num ambiente conectado por infraestruturas de transporte, sistemas escolares, sistemas de comunicação e estruturas estatais (postos de saúde e escolas) e comerciais.

Uma espacialidade nacional também é internalizada à medida que as trajetórias dos sujeitos são edificadas na relação com instituições do Estado nacional e com ações econômicas promovidas pelo mercado nacional. Um espaço nacional se torna real para as pessoas a partir dos deslocamentos que fazem para adquirir escolarização. Diversas pessoas vão residir próximas a escolas, em unidades domésticas localizadas em regiões distintas de

suas aldeias de origem. À medida que alcançam graus mais altos de escolarização, migram para residências nas capitais dos municípios. Os que continuam o ensino superior passam a viver em residências de parentes na capital do país (Fernandes, 2020, p. 340).

Do mesmo modo, a ideia de um espaço leste-timorense é afirmada à medida que há restrições para circular na outra metade da ilha pertencente à Indonésia, controlada por agentes e documentos.

A definição das *ume kanaf* como organizações territoriais (Schulte Nordholt, 1971, p. 93) indicava que os habitantes de Oecussi, num período pré-estatal, concebiam os espaços a partir das *ume kanaf*, que repartiam as áreas agrícolas e as de moradias, e de outros espaços externos como propriedade de outras *ume kanaf*. As concepções de tempo entre as populações em Oecussi, antes das investidas coloniais mais intensas, estavam articuladas aos ciclos das estações do ano, que ordenam a produção agrícola e as rotinas das atividades práticas. Do mesmo modo, as concepções de tempo passado estariam articuladas às distâncias estruturais com as gerações antepassadas, aos movimentos migratórios etc.

A transição de um modo de produção essencialmente doméstico para um modo de produção articulado à sociedade de mercado nos últimos setenta anos implicou uma mudança nas noções de tempo, que passaram também a estar vinculadas aos Estados coloniais e nacionais, fazendo com que as pessoas se concebiam como parte de um mesmo momento histórico. Anos escolares e períodos eleitorais são apenas alguns dos exemplos de como a dimensão temporal dos sujeitos se associa à organização do Estado.

Citam-se aqui outros três fenômenos materiais que têm contribuído para noções de tempo associadas a uma nação: os feriados nacionais, os ciclos do mercado e as periodizações históricas do passado. Os feriados nacionais têm adquirido importância na vida ritual das *ume kanaf*. Eles interferem nos ciclos matrimoniais porque, somente nessas datas, certos integrantes das *ume kanaf* podem participar, uma vez que estão liberados de seus trabalhos assalariados. Nestas datas, ainda, os sujeitos que migraram podem vivenciar experiências de lazer e retornar aos assentamentos das suas *ume kanaf* para celebrar funerais, cultos aos ancestrais ou trocas matrimoniais. As possibilidades de migrantes integrarem certas festividades fundamentais dos ciclos das trocas matrimoniais passaram, portanto, a depender de suas liberações de relações de produção vinculadas à burocracia ou economia nacional. Diante disso, o calendário estabelecido pelo Estado tem passado a operar como orientador das atividades reprodutivas realizadas pelos grupos de origem.

No que se refere ao mercado, a distribuição espacial e temporal dos mercados entre os diferentes sucos desempenhava, em 2017, um papel importante na produção de uma temporalidade social orientada pelo ciclo mercantil. Em Usitasae, os comerciantes se reuniam às quintas-feiras na aldeia Pune; no suco vizinho, o mercado ocorria às quartas-feiras; e, em Passabe, aos sábados. A sucessão desses eventos de troca constituía um circuito regional de mercados cuja regularidade não apenas organizava a circulação de pessoas e mercadorias, mas também fornecia marcos temporais que estruturavam a experiência cotidiana do tempo (Sousa, 2023). Nesse sentido, o mercado atuava como uma instituição produtora de temporalidade, articulando o calendário semanal às práticas econômicas e às formas de integração regional.

Durante o trabalho de campo, a maneira como os moradores concebiam o passado evidenciava uma periodização estruturada pelas diferentes experiências administrativas que

marcaram suas trajetórias: o tempo português, o tempo indonésio e o tempo da independência. Essa forma de organizar a historicidade de suas vidas expressava a percepção de um passado compartilhado, cujas referências temporais eram constituídas pelas sucessivas formas de organização estatal sob as quais viveram. Tal compreensão encontrava correspondência na própria paisagem de Oecussi, onde diferentes vestígios materiais eram associados a cada um desses períodos históricos. A igreja e a antiga estação missionária evocavam o tempo português; os trechos de asfalto remetiam ao período da ocupação indonésia; enquanto a Escola de Ensino Básico era identificada como um marco do período pós-independência. Desse modo, a paisagem não apenas preservava evidências materiais de transformações históricas, mas também operava como um suporte para a memória coletiva, tornando visíveis e tangíveis os diferentes “tempos” que estruturavam a experiência histórica dos habitantes (Silva, 2012, p. 309).

Pode-se argumentar que, antes dos processos de integração econômica e política com as iniciativas colonizadoras (portuguesas) e estatais (indonésias ou do período pós-independência), as noções de pessoa, tempo e espaço eram estruturadas sobretudo pelas relações de parentesco, na medida em que estas permaneciam como princípio organizador das relações de produção. Embora a ideologia de parentesco continue a conferir sentido à vida social e a moldar concepções de pessoa, tempo e espaço, a crescente articulação com o mercado e o Estado-nação – instituições que também podem reproduzir determinados valores camponeses e de parentesco – tem possibilitado a emergência de outras formas de perceber e experienciar essas categorias em Timor-Leste. Em Oecussi, unidades domésticas e *ume kanaf*, ainda que orientadas por valores de parentesco, passaram a depender de atividades ligadas ao mercado, à escolarização, à burocracia estatal e ao trabalho assalariado para sua própria produção e reprodução, reforçando, assim, a centralidade dessas instituições na vida social.

5 Considerações Finais

Eric Wolf (1976, p. 10) afirmou que o parentesco, entre populações campesinas, deve ser pensado também como um conjunto das relações de produção e de forças produtivas pelas quais uma população repõe, distribui e consome bens necessários à sua reprodução. Neste artigo, seguiu-se essa orientação teórica.

Destacamos também que, em Oecussi (como em grande parte do mundo), ocorreram alterações dos modos de produção material das unidades domésticas – alguns sujeitos se tornaram funcionários públicos e/ou depositários de recursos do Estado, assim como unidades domésticas passaram a ser menos dependentes da produção agrícola, sendo incorporadas em redes mais amplas de provisão de recursos materiais. Ao lado disso, a escolarização se tornou uma etapa na formação de pessoas para as *ume kanaf* e para o Estado leste-timorense. A consolidação de relações de interdependência de ordem produtiva e ideológica das instituições camponesas com instituições do Estado-nação mediante documentos escritos, mídias e agentes estatais contribuiu para a emergência de certas formas ideológicas relacionadas à escala regional e nacional.

Um efeito da inserção numa sociedade nacional é que as relações de produção de mercado e os recursos disponibilizados pelo Estado passaram a ser importantes nas vidas

dos habitantes de Oecussi. Essas novas formas de produzir têm tornado reais formas ideológicas vinculadas à ordem nacional das coisas, como a autopercepção dos sujeitos como cidadãos habitantes de um espaço nacional específico e de noções de tempo vinculadas à emergência e consolidação dessa espacialidade: os tempos português e indonésio, os feriados, entre outros eventos orientados pelas agências do estado, como as eleições e o calendário escolar.

A análise aqui proposta se organiza num recorte diacrônico focado em transformações progressivas que apontam para pluralização de associações e novas escalas de integração de práticas produtivas e formas de consciência histórica. Embora não tenhamos privilegiado análise de conflitos, é certo que eles permeiam muito do que foi discutido. Conflitos marcam a coexistência concorrencial do pluralismo institucional que orienta as várias fontes de cultivo da consciência e da subjetivação em Timor-Leste, explorados em profundidade em outros trabalhos (Simião 2015, Silva 2021, Santos 2025).

Financiamento

As análises elaboradas neste artigo são produto de fomento de várias agências de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, do Brasil e do exterior: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), processo 0193.001529/2016; CNPq, processos 311751/2021-O, 409554/2021-9, e 201338/2025-4; CAPES/AULP 54-2014 e ERC grant 225670.

Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENAS, Alberto. Education and nationalism in East Timor. **Social Justice**, v. 25, n. 2 (72), p. 131-148, 1998.
- BABO-SOARES, Dionísio. Nahe Biti: the philosophy and process of grassroots reconciliation (and justice) in East Timor. **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 5, n. 1, p. 15-33, 2004.
- BOVENSIEPEN, J. **The Land of Gold**: Post-Conflict Recovery and Cultural Revival in Independent Timor-Leste. Ithaca, New York: Cornell University, 2015.
- CARSTEN, J.; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. In: CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (ed.). **About the House**: Lévi-Strauss and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 1-46.
- CUNNINGHAM, C. Order in the Atoni House. **Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde**, n. 1ste Afl, n. 6, p. 34-68, 1964. DOI: <https://doi.org/10.1163/22134379-90002996>
- CUNNINGHAM, C. **People of the dry land**: a study of the social organization of an Indonesian people. 1963. 460f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Oxford, Oxford, 1963.
- DUARTE SILVA, A. E. **O império e a Constituição Colonial Portuguesa (C. 1914-1974)**. Lisboa: Imprensa de história contemporânea, 2018.
- ERRINGTON, S. Recasting Sex, Gender and Power: A Theoretical and Regional Overview. In: ATKINSON, J. M.; ERRINGTON, S. (ed.). **Power and Difference**: Gender in Island Southeast Asia. Stanford, Cambridge: Stanford University Press, 1990. p. 1-58.
- EVANS-PRITCHARD, E. Tempo e Espaço. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 107-150.

- FERNANDES, A. **Em searas do Timor Português**: um estudo sobre as práticas de mediação da Diocese de Díli no período colonial (1949-1973). 2014. 170 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- FERNANDES, A. **Nação florindo nas casas**: a produção de parentes e nacionais num ambiente camponês em Timor-Leste. 2020. 427f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- FIDALGO-CASTRO, Alberto. Una visión panorámica de los estudios antropológicos sobre Timor-Leste desde 2002: veinte años de antropología en un país soberano. **Estudios de Asia y África**, v. 57, n. 3, p. 547-575, 2022.
- FITZPATRICK, Daniel; MCWILLIAM, Andrew; BARNES, Susana. **Property and social resilience in times of conflict**: land, custom and law in East Timor. Farnham: Ashgate, 2012.
- FOX, James J. (org.). **The flow of life**: essays on Eastern Indonesia. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. (Harvard Studies in Cultural Anthropology, 2).
- GÁRATE CASTRO, Luís; ASSIS, Cecília M. B. de (org.). **Património cultural de Timor-Leste**: as uma lulik do distrito de Ainaro. Díli: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.
- GELLNER, E. **Nations and nationalism**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983.
- GODELIER, Maurice. To be a Marxist in anthropology. In: MAQUET, Jacques; DANIELS, Nancy (org.). **On Marxian perspectives in anthropology**: essays in honor of Harry Hoiyer. Malibu: Undena Publications, p. 35-57, 1981.
- GOODY, J. **A domesticação da mente selvagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HICKS, David. Adat and the nation-state: opposition and synthesis in two political cultures. In: LEACH, Michael; KINGSBURY, Damien (org.). **The politics of Timor-Leste: democratic consolidation after intervention**. Ithaca: Cornell University Southeast Asia Program Publications, 2013. p. 25-43.
- HOHE, Tanja. Justice without judiciary in East Timor. **Conflict, Security & Development**, v. 3, n. 3, p. 335-357, 2003.
- INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.
- LENCASTRE, J. "Alguns Dados Estatísticos Sobre a Colónia de Timor". **Boletim da Agência Geral das Colónias**, ano V, n. 54, dezembro de 1929, p. 112-131.
- LÉVI-STRAUSS, C. **The Way of the Masks**. London: Jonathan Cape, 1982.
- MAMDANI, M. **Citizen and Subject**: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MARTINHO, J. S. Aldeamentos indígenas: um dos problemas da colonização de Timor. **Boletim Geral das Colónias**, v. 21, n. 238, 1945.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (Livros 1 e 2). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.
- MEITZNER YODER, L. **Custom, codification, collaboration**: integrating the legacies of land and forest authorities in Oecusse Enclave, East Timor. 2005. 230 f. Tese (Doutorado) – School of Forestry and Environmental Studies, Yale University, New Haven, 2005.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MCWILLIAM, A. From Lord of Earth to Village Head: Adapting to the nation-state in West Timor. **Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde**, v. 155, n. 1, p. 121-144, 1999.
- MCWILLIAM, A. **Paths of origin, Gates of Life**: a study of Place and Precedence in Southwest Timor. Leiden, Netherlands: KITLV Press, 2002.

- MEILLASSOUX, C. From reproduction to production: a Marxist approach to economic anthropology. **Economy and Society**, v. 1, n. 1, p. 93-105, 1972.
- MEILLASSOUX, C. The social organisation of the peasantry: the economic basis of kinship. **The Journal of Peasant Studies**, v. 1, n. 1, p. 81-90, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066157308437873>.
- MEILLASSOUX, C. Over exploitation and overpopulation: the proletarianization of rural workers. **Social Scientist**, v. 7, n. 6, p. 3-13, 1979.
- MEILLASSOUX, C. **Maidens, Meal and Money: Capitalism and the Domestic Community**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- MEILLASSOUX, C. The economic bases of demographic reproduction: from the domestic mode of production to wage-earning. **The Journal of Peasant Studies**, v. 11, n. 1, p. 50-61, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066158308438220>.
- NIXON, Rod. **Justice and governance in East Timor: indigenous approaches and the “New Subsistence State”**. London: Routledge, 2012.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- ROSE, M. **Indigenous Spirits and Global Aspirations in a Southeast Asian Borderland Timor-Leste’s Oecussi Enclave**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020.
- SAHLINS, M. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SANTOS FILHO, M. A. **Coexistência e concorrencialidade entre regimes morais de produção da pessoa e da modernidade em Timor-Leste**. 2025. 377p. Tese de doutorado em antropologia social. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2025.
- SCHULTE NORDHOLT, H. G. **The political system of the Atoni of Timor**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1971.
- SHEPHERD, C.; PALMER, L. The modern origins of traditional agriculture: colonial policy, swidden development, and environmental degradation in Eastern Timor. **Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde**, v. 171, 2015.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. **As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- SILVA, K. **As Nações Desunidas: práticas da ONU e a estrutura do Estado em Timor-Leste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2012].
- SILVA, K. O governo da e pela kultura: complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 104, p. 123-150, 2014.
- SILVA, K. Administrando pessoas, recursos e rituais: pedagogia econômica como tática de governo em Timor-Leste. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 45, p. 127-153, jan.-jun. 2016.
- SILVA, K. **Ecologias e subjetivações econômicas em disputa**. Aproximações a partir de Timor-Leste. Projeto de Pesquisa em Antropologia Social. Edital Universal CNPq, 2021.
- SILVA, K.; SIMIÃO, D. Coping with traditions: the analysis of East-Timorese nation building from the perspective of a certain anthropology. **Vibrant**, v. 9, n. 1, p. 360-381, 2012.
- SOUZA, L. **An tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro**. 2010. 403 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 2010.
- SOUZA, L. The colonial bazaar in ‘Portuguese Timor’: the taming of the ‘savage marketers’. In: SILVA, K.; PALMER, L.; CUNHA, T. (org.). **Economic Diversity in Timor-Leste**. Leiden: Leiden University Press, 2023.

TIMOR-LESTE. **Population and Housing Census of Timor-Leste Volume 3: Social and Economic Characteristics**. National Statistics Directorate (NSD) United Nations Population Fund (UNFPA), 2010.

THU, Pyone Myat. Access to land and livelihoods in post-conflict Timor-Leste. **Australian Geographer**, v. 43, n. 2, p. 197-214, 2012.

VEL, J. **Uma Politics**: An ethnography of democratization in West Sumba, Indonesia, 1986-2006. Leiden, Netherlands: KITLV Press, 2008.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOLPE, H. (ed.). **The articulation of modes of production**: essays from Economy and Society. London: Taylor & Francis, 2023.

YODER, L. S. The formation and remarkable persistence of Oecussi-Ambeno enclave, Timor-Leste. **Journal of Southeast Asian Studies**, v. 47, n. 1, p. 281-303, 2016.

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes

Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel em Direito e licenciado em Ciências Sociais. É Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília, com atuação no Decanato de Ensino de Graduação (DEG). Desenvolve pesquisas nas áreas de antropologia política, nacionalismo, Estado, Timor-Leste, democracia universitária e teoria marxista.

Endereço profissional: Universidade de Brasília (UnB), Decanato de Ensino de Graduação (DEG), Câmpus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF. CEP: 70910-900.

E-mail: alexandre.fernandes@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6594-4647>

Kelly Cristiane da Silva

Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq. Desenvolve pesquisas em antropologia econômica e política. Atualmente é também pesquisadora visitante no Max Planck Institute for Social Anthropology, Department 'Anthropology of Economic Experimentation', Halle (Saale), Germany.

Endereço profissional: Universidade de Brasília (UnB), Decanato de Ensino de Graduação (DEG), Câmpus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF. CEP: 70910-900.

E-mail: kellysa@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>

Como referenciar este artigo:

FERNANDES, Alexandre Jorge de Medeiros; SILVA, Kelly Cristiane da. De Camponeses a Cidadãos: transformações entre os Meto de Oecussi, Timor-Leste (1950-2017). **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, e114129, p. 1-22, 2026.